

Editora Ática S.A.
Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2012

EDITORA ÁTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2012

ÍNDICE

	Página
Balanços patrimoniais	1-2
Demonstrações do resultado	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	6-39
Conselho de Administração e Diretoria	40
Relatório dos Auditores Independentes	41-42

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	24.392	919
Contas a receber de clientes (nota 8)	132.640	115.569
Estoques (nota 9)	101.538	120.751
Impostos a recuperar (nota 10)	878	13.359
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	5.332	2.731
	<u>264.780</u>	<u>253.329</u>
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar (nota 10)	1.388	1.388
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	4.809	3.210
Depósitos judiciais (nota 17)	1.134	1.500
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	406	357
Investimentos	230	-
Intangível (nota 12)	6.690	5.162
Imobilizado (nota 13)	7.174	7.996
	<u>21.831</u>	<u>19.613</u>
Total do ativo	<u>286.611</u>	<u>272.942</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro

(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2012	2011
CIRCULANTE		(Não auditado)
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	70.143	76.790
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	12.575	6.448
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	1.754	2.386
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6.611	9.214
Dividendos a pagar (nota 28)	11.239	8.284
Juros sobre capital próprio a pagar (nota 28)	-	3.470
	102.322	106.592
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e outros créditos de partes relacionadas (nota 28)	-	36.159
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	34.118	29.274
Impostos e contribuições a pagar (nota 16)	616	1.838
Provisão para contingências (nota 17)	3.593	4.194
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 18)	32	38
Total do passivo	38.359	71.503
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (nota 20)	67.846	52.846
Reserva de capital (nota 21)	805	805
Reservas de lucros (nota 21)	77.279	41.196
Total do patrimônio líquido	145.930	94.847
Total do passivo e patrimônio líquido	286.611	272.942

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Receita líquida (nota 22)	358.658	354.846
Custos dos produtos e serviços (nota 23)	(137.322)	(149.310)
Lucro bruto	221.336	205.536
Despesas com vendas (nota 23)	(103.299)	(104.582)
Despesas gerais e administrativas (nota 23)	(41.110)	(33.949)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 24)	(722)	2.834
Lucro operacional	76.205	69.839
Receitas financeiras (nota 25)	1.033	2.272
Despesas financeiras (nota 25)	(6.455)	(13.638)
Variação cambial líquida (nota 25)	225	(753)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	71.008	57.720
Imposto de renda e contribuição social (nota 26)	(23.686)	(18.544)
Lucro líquido do exercício	47.322	39.176
Atribuído à		
Acionistas da Companhia	47.322	39.176
Lucro por ação do capital social (em R\$)	8,95476	7,41329

Não foram apurados outros resultados abrangentes, por esse motivo a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Não auditado)	52.846	805	6.348	8.038	-	-	68.037
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	39.176	39.176
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal	-	-	1.959	-	-	(1.959)	-
- Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.082)	(4.082)
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(8.284)	(8.284)
- Retenção de lucros	-	-	-	24.851	-	(24.851)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Não auditado)	52.846	805	8.307	32.889	-	-	94.847
Aumento de capital conforme AGE 28/12/2012	15.000	-	-	-	-	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	47.322	47.322
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal	-	-	2.366	-	-	(2.366)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(11.239)	(11.239)
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	10.239	(10.239)	-
- Retenção de lucros	-	-	-	23.478	-	(23.478)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	67.846	805	10.673	56.367	10.239	-	145.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (valores expressos em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado pelas operações (nota 27)	59.430	50.104
Juros pagos	(4.759)	(9.847)
Imposto de renda e contribuição antecipados	(2.648)	(4.628)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>52.023</u>	<u>35.629</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de:		
Imobilizado	(2.669)	(4.738)
Intangível	(2.759)	(956)
Aquisição de investimento permanente	(230)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(5.658)</u>	<u>(5.694)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação de empréstimos e financiamentos	16.515	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.764)	(34.749)
Pagamento de PAES e impostos parcelados	(1.183)	(563)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	59.367	127.775
Mútuos pagos a partes relacionadas	(95.073)	(120.559)
Aumento de capital	15.000	-
Dividendos pagos	(8.284)	(2.560)
Juros sobre capital próprio pagos	(3.470)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	<u>(22.892)</u>	<u>(30.656)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>23.473</u>	<u>(721)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	919	1.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>24.392</u>	<u>919</u>
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>23.473</u>	<u>(721)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Editora Ática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como controladora a Abril Educação S.A.. A Editora Ática S.A. tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros, sistemas de ensino e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de abril de 2013 e re-ratificada em 20 de dezembro de 2013.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos mantidos para venda mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigendo a partir de 2012 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e também, é a sua moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para a venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício social sendo reportado se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado exercício em que as condições se alteraram.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente à comercialização no atacado e no varejo de livros e apostilas voltados para a educação. Em geral a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável e identificado como provisão para redução ao valor de mercado, e reduzido por provisão para obsolescência.

Os custos relacionados ao desenvolvimento de material didático para futuras edições são registrados em estoque em elaboração e apropriados ao resultado por ocasião da venda da primeira impressão de cada edição.

A administração da Companhia avalia e efetua provisão para perdas para produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual que varia de acordo como tempo de permanência dos itens nos estoques, até o limite máximo de três anos. A Administração avalia, também, a necessidade dos estoques serem destruídos.

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

2.8 Intangível

Sistemas de computação (*software*)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil econômica estimada do ativo.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa do resultado exercício em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- . A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

- . O software pode ser vendido ou usado;
- . Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

2.9 Imobilizado

Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de livros e apostilas de sistema de ensino. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais.

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 13.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subseqüentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Fornecedores e demais contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.14 Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.16 Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendo se juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos quando a proposta de remuneração é aprovada pela diretoria. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral. Os resultados obtidos pela Companhia são prioritariamente destinados à amortização dos prejuízos acumulados.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir todas dentro de seu período de competência de exercícios. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é reconhecida contabilmente ao resultado do exercício quando da entrega do produto aos clientes.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor e considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, com base em estudos de viabilidade técnica que suportam o registro e a manutenção desses ativos.

(b) Contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração acredita que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco definida pela sua controladora, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da controladora da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Na prática, a tesouraria corporativa pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores de papel contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o saldo de fornecedores indexados ao dólar norte-americano era de R\$ 4.820 (2011 – R\$ 6.183). Devido ao baixo valor em exposição, a Companhia não possui nenhuma operação para cobertura deste tipo de risco.

ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda nacional subordinado a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI- Certificado de Depósito Interbancário). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que possam aumentar o saldo desse passivo.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse tipo de risco em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pela controladora da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber de clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades classificadas com rating mínimo e equivalente a “brAAA” das agências Moody’s, Fitch Rating e Standard & Poor’s. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, com remuneração que varia entre 100,0% e 102,0% do CDI.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles registrados no balanço patrimonial da Companhia, que se utilizou das taxas atuais do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, ou seja, 6,94% a.a., para projetar o desconto.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil</u>
Em 31 dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	13.700	17.844	25.813	57.357	(10.664)	46.693
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	70.139	4	-	70.143	-	70.143
Em 31 dezembro de 2011 (Não auditado)						
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	7.278	13.856	25.410	46.544	(10.822)	35.722
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 14)	76.790	-	-	76.790	-	76.790

5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade, oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora a estrutura de capital por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira calculado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 está assim sumarizado abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
Total dos empréstimos (nota 15)	46.693	35.722
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	<u>(24.392)</u>	<u>(919)</u>
Dívida líquida	22.301	34.803
Total do patrimônio líquido	<u>145.930</u>	<u>94.847</u>
Total do capital	<u><u>168.231</u></u>	<u><u>129.650</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	13	27

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa bem como duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui uma política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Em 31 de Dezembro de 2012			
	Saldo Contábil	Resultado/ DRE	Cenário provável	Ganho (perda)
			Cenário I	Cenário II
Certificados de depósitos bancários - CDBs	24.155	547	548	823
Total dos ativos em CDI	24.155	547	548	823
Empréstimos bancários (iv)	(21.441)	(2.236)	(2.240)	(3.360)
Dívida total em CDI	(21.441)	(2.236)	(2.240)	(3.360)
Exposição líquida em CDI	2.714	(1.689)	(1.692)	(2.537)
Taxa CDI - %	6,94%		6,96%	8,70%
variação da taxa em relação à projeção			0,19% (i)	25,00% (ii)
				50,00% (iii)

(i) Variação da taxa atual o cenário provável estimado.

(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

(iv) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 25.252 para a qual as projeções indicam manutenção da taxa dos níveis atuais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Caixa	146	57
Bancos conta movimento	91	862
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	<u>24.155</u>	<u>-</u>
Total	<u>24.392</u>	<u>919</u>

- (i) Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 102,0% do CDI- Certificado de Depósito Interbancário, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento sem alteração de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Comercialização de livros	133.698	115.644
Outras	1.213	2.157
	<u>134.911</u>	<u>117.801</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.271)	(2.232)
Total contas a receber	<u>132.640</u>	<u>115.569</u>

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não se difere significativamente do valor justo desses ativos.

Do total do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2012, R\$ 66.351 (2011 – R\$85.468) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação - MEC.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

<u>Composição</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
A vencer:	129.809	113.434
Vencidas:	5.102	4.367
Até 30 dias	1.441	920
De 31 a 60 dias	165	179
De 61 a 90 dias	237	145
De 91 a 180 dias	637	353
De 181 a 360 dias	532	277
há mais de 360 dias	2.090	2.493
	<u>134.911</u>	<u>117.801</u>

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Saldos em 1º de janeiro	2.232	2.115
Adições	1.930	1.845
Reversões e baixas	(1.891)	(1.728)
Saldos em 31 de dezembro	<u>2.271</u>	<u>2.232</u>

9. ESTOQUES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Matérias-primas	14.088	28.052
Produtos em elaboração	28.455	30.200
Produtos acabados	69.752	91.943
Importações em andamento	145	1.179
Provisões para obsolescência e para redução ao valor de mercado	<u>(10.902)</u>	<u>(30.623)</u>
	<u>101.538</u>	<u>120.751</u>

A movimentação das provisões para obsolescência ou realização de estoques são como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Saldos em 1º de janeiro	30.623	27.628
Adições/Reversões no período	2.893	2.995
Utilização de provisão por:		
- Destruição (i)	(20.018)	-
- Ajuste de inventário (ii)	<u>(2.596)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u>10.902</u>	<u>30.623</u>

- (i) Em junho de 2012, a Companhia finalizou o processo de destruição de livros obsoletos e invendáveis, já provisionados, no montante de R\$ 20.018, sem impacto no resultado.
- (ii) Em junho de 2012, em conexão com o processo de aperfeiçoamento dos controles internos foi realizado um inventário físico de produtos acabados que apurou um ajuste de R\$ 14.256 nos estoques, dos quais R\$ 2.596 já estavam provisionados; desta forma foi reconhecido no resultado do exercício o valor de R\$ 11.660 na conta de custos dos produtos e serviços (vide nota 23). A Companhia já tomou as ações necessárias para garantir que este evento seja não recorrente e que os controles preventivos estejam adequados à operação.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
COFINS	1.986	9.760
PIS	225	3.038
Imposto de renda sobre aplicação financeira	16	-
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1	1.927
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	20	13
Outros	18	9
	<u>2.266</u>	<u>14.747</u>
Circulante	878	13.359
Não circulante	1.388	1.388

11. ADIANTAMENTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Adiantamentos a empregados	1.288	1.179
Adiantamentos a fornecedores	1.205	111
Adiantamentos de direitos autorais	2.181	865
Pagamentos antecipados	941	796
Outros	123	137
	<u>5.738</u>	<u>3.088</u>
Circulante	5.332	2.731
Não circulante	406	357

12. INTANGÍVEL

a) Movimentação

		<u>2012</u>				
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/11	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/12
		(Não auditado)				
Sistemas de computação	17%	3.828	593	1.426	(1.349)	4.498
Software em desenvolvimento (i)	-	1.334	2.166	(1.308)	-	2.192
		<u>5.162</u>	<u>2.759</u>	<u>118</u>	<u>(1.349)</u>	<u>6.690</u>

- (i) Software em desenvolvimento refere-se substancialmente a projetos de infra-estrutura TI e desenvolvimento de sites e conteúdo.

2011

	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/10 (Não auditado)	Adições	Transferências	Amortização	Saldo líquido em 31/12/11 (Não auditado)
Sistemas de computação	17%	4.717	190	27	(1.106)	3.828
Software em desenvolvimento	-	647	766	(79)	-	1.334
		5.364	956	(52)	(1.106)	5.162

13. IMOBILIZADO

a) Movimentação:

2012

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/11 (Não auditado)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/12
Instalações	21%	285	-	-	207	(105)	387
Máquinas e equipamentos industriais	25%	16	895	-	(1)	(38)	872
Móveis e utensílios	10%	507	27	-	39	(78)	495
Veículos	33,33%	3.923	533	(88)	(10)	(2.048)	2.310
Equipamentos de computação	40%	1.028	965	(38)	-	(575)	1.380
Benfeitorias em móveis de terceiros	4% a 20%	614	7	-	1.252	(403)	1.470
Imobilizações em andamento	-	1.623	242	-	(1.605)	-	260
		7.996	2.669	(126)	(118)	(3.247)	7.174

2011

	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/10 (Não auditado)	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/11 (Não auditado)
Instalações	21%	232	124	-	-	(71)	285
Máquinas e equipamentos industriais	25%	25	1	-	-	(10)	16
Móveis e utensílios	10%	483	53	-	44	(73)	507
Veículos	33,33%	3.650	2.221	(45)	-	(1.903)	3.923
Equipamentos de computação	40%	471	896	(1)	9	(347)	1.028
Benfeitorias em móveis de terceiros	4% a 20%	900	18	-	-	(304)	614
Imobilizações em andamento	-	199	1.425	-	(1)	-	1.623
		5.960	4.738	(46)	52	(2.708)	7.996

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 2012. Dessa forma, não houve a necessidade de efetuar testes de *impairment* para esses ativos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia não possui ativos qualificáveis ou operações de créditos elegíveis à capitalização de juros no ativo imobilizado.

14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Fornecedores (i)	37.424	44.332
Salários e encargos sociais	21.982	21.589
Recebimentos antecipados de clientes	18	4
Direitos autorais a pagar	9.958	10.566
Outras contas a pagar	761	299
	<u>70.143</u>	<u>76.790</u>
Circulante	70.143	76.790

(i) O saldo de fornecedores nacionais refere-se substancialmente à compra de matéria-prima (papel) e tem prazos médios de pagamentos de 180 dias (2011 –180 dias).

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>2012</u>		<u>2011</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
			(Não auditado)	(Não auditado)
Empréstimos e financiamentos:				
Em moeda nacional:				
FINAME	5.039	20.213	5.795	8.417
Empréstimos bancários	7.536	13.905	653	20.857
	<u>12.575</u>	<u>34.118</u>	<u>6.448</u>	<u>29.274</u>

15.1. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2012, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>	<u>% sobre total</u>
2014	15.034	44,06%
2015	12.969	38,01%
2016	2.962	8,68%
2017	2.917	8,55%
2018	236	0,69%
	<u>34.118</u>	<u>100,00%</u>

15.2. Moeda nacional

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional em 31 de dezembro de 2012 estão assim representados:

(i) FINAME

A Companhia dispõe de linhas de crédito junto ao BNDES (FINAME) para o desenvolvimento de suas atividades conforme segue abaixo:

- Linha de crédito no valor de R\$ 20.000, destinados ao incremento e financiamento da produção de livros didáticos com encargos que variam entre 3,25% e 4,80% a.a., além da TJLP. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimento entre trinta e seis e quarenta e oito meses. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessa operação é de R\$ 8.585.

- Linha de crédito no valor de R\$ 20.382, destinados aos gastos com Plano Editorial e Impressão (serviços gráficos e aquisição de papel) com encargos que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a.. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimentos entre 15/07/2015 e 15/01/2018, com carências entre 18 e 48 meses, sendo que neste período os juros são trimestrais e posteriormente mensais. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessa operação é de R\$ 16.130.

- Linha de crédito no valor de R\$ 533, destinados a compra de equipamentos (esteiras transportadoras e seladoras) com encargo de 5,50% a.a.. O empréstimo tem prazo de 10/09/2012 a 15/08/2017 com carência de 12 meses, sendo que neste período os juros são trimestrais e posteriormente mensais. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo dessa operação é de R\$ 537.

(ii) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários se referem a cédulas de crédito bancário, amortizadas em 6 parcelas, com vencimentos semestrais nos meses de abril e outubro, iniciando-se em 03 de abril de 2013 e com vencimento final em outubro de 2015. Os encargos são CDI mais 2% ao ano, pagos semestralmente.

Tais contratos contém cláusulas restritivas à observância de certos indicadores financeiros; aos pagamentos antecipados mediante a venda de ativos; bem como restrições a distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia cumpriu com todos os requisitos vigentes.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	2012		2011	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
			(Não auditado)	(Não auditado)
REFIS e PAES	1.215	616	1.007	1.838
INSS	271	-	219	-
PIS	129	-	9	-
IRRF	8	-	860	-
Outros	131	-	291	-
	1.754	616	2.386	1.838

16.1.REFIS e PAES

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A movimentação dos saldos desse programa pode ser assim sumarizada:

Saldo a pagar em 31/12/2010 (Não auditado)	3.187
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2011	(563)
Juros de janeiro a dezembro de 2011	221
Saldo a pagar em 31/12/2011 (Não auditado)	2.845
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2012	(1.183)
Juros de janeiro a dezembro de 2012	169
Saldo a pagar em 31/12/2012	1.831
Circulante	1.215
Não circulante	616

Como consequência da adesão ao REFIS IV, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimento, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízo fiscal. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A Administração aguarda a homologação dos débitos da Companhia para o ano de 2013.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

Processos	2012	2011
		(Não auditado)
Tributários	1.069	1.047
Trabalhistas	873	1.958
Cíveis	1.651	1.189
	3.593	4.194

b) Movimentação:

Descrição	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Contingências				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	1.115	3.111	1.189	5.415
Atualização monetária e juros	22	102	22	146
Constituição de provisão	-	432	1.728	2.160
Baixa de provisão				
- Por pagamento	-	(1.787)	(13)	(1.800)
- Por reversão	-	(134)	(23)	(157)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.137	1.724	2.903	5.764
Depósitos Judiciais Redutores da Provisão				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Não auditado)	(68)	(1.153)	-	(1.221)
Resgate (Inclusão)	-	302	(1.252)	(950)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(68)	(851)	(1.252)	(2.171)
	1.069	873	1.651	3.593

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extra, vínculo empregatício, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis

Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos tributários

Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.

17.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos	2012	2011
		(Não auditado)
Tributários	983	645
Trabalhistas	62	128
Cíveis	89	727
	1.134	1.500

17.2. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas são como seguem:

	2012	2011
		(Não auditado)
Contingências tributárias	29.654	17.604
Contingências trabalhistas	4.465	(9)
Contingências cíveis	18.337	876
	52.456	18.471

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

18.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferido constituído sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias são como segue:

	2012	(Debitado)/ creditado ao resultado	2011
Imposto diferido ativo			(Não auditado)
Provisão para contingências	1.388	187	1.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97	(300)	397
Provisão para participação nos lucros - PLR	645	645	-
Provisão para gratificação	370	370	-
Impostos com exigibilidade suspensa	284	-	284
Outras diferenças temporárias	2.025	697	1.328
	4.809	1.599	3.210
Imposto diferido passivo			
Diferenças temporárias	(32)	6	(38)
	(32)	6	(38)
		Dezembro	
		2012	2011
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses		4.809	3.210
		4.809	3.210
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de 12 meses		(32)	(38)
		(32)	(38)

A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

19. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada, denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. O plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras. A Abrilprev opera segundo plano de contribuição definida e o principal regime atuarial utilizado na determinação do nível de contribuição é o da capitalização. O custo do plano, cujo ônus é assumido pelos funcionários e pelas empresas patrocinadoras, é determinado anualmente em função de cálculo atuarial procedido por profissional habilitado e é expresso em percentual fixo a ser aplicado sobre a folha de pagamento das patrocinadoras. A concessão de complementação de aposentadoria está vinculada ao tempo de serviço prestado às patrocinadoras, tempo de contribuição à Previdência Social, a uma idade mínima definida e à interrupção do vínculo empregatício.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia efetuou contribuições à Abrilprev no montante de R\$ 985 (R\$902 em 31 de dezembro de 2011). A contribuição devida pela patrocinadora é de 2,7574% em 2012 (2,7217% em 2011) sobre a folha de pagamento dos empregados participantes do plano.

O plano de previdência Abrilprev é de contribuição definida, portanto, nenhuma provisão para possíveis passivos atuariais é necessária. Assim que as contribuições são feitas, a Companhia não têm outras obrigações relativas a pagamento adicionais.

20. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social é de R\$ 67.846, dividido em 6.784.563.153ações ordinárias sem valor nominal.

Em de 28 de dezembro de 2012, por meio da Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento do capital social no montante de R\$ 15.000, passando o capital social da Companhia de R\$ 52.846 para R\$ 67.846, com emissão 1.500.000.000 novas ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

21. RESERVAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Reserva de capital	805	805
Reservas de lucros		
Reserva legal	10.673	8.307
Reserva retenção de lucros	66.606	32.889
	<u>77.279</u>	<u>41.196</u>
	<u>78.084</u>	<u>42.001</u>

21.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

21.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a serem deliberados em Assembléia Geral.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores das Reservas de lucros superavam o capital social em R\$ 10.239, sendo que, a Administração da Companhia propôs a destinação de dividendos adicionais que foram deliberados em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), de 20 de dezembro de 2013.

21.3.Dividendos propostos

Os estatutos da Companhia prevêem que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Resultado do exercício	47.322	39.176
Constituição de reserva legal	(2.366)	(1.959)
Saldo a distribuir	44.956	37.217
Juros sobre o capital próprio	-	(4.082)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	(11.239)	(8.284)
Dividendos adicionais propostos	(10.239)	-
Retenção de lucros	<u>23.478</u>	<u>24.851</u>

Conforme mencionado na Nota 21.2 a Administração da Companhia procedeu à destinação de dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 10.239. Os referidos montantes foram liquidados em 01 de outubro de 2013.

22. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Vendas brutas de produtos e serviços	358.813	355.221
Impostos sobre vendas	(155)	(375)
Receita líquida	<u>358.658</u>	<u>354.846</u>

23. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

				2012
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(79)	(2.269)	(2.248)	(4.596)
Despesas com pessoal	(873)	(36.407)	(18.493)	(55.773)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(112.379)	(1.780)	(326)	(114.485)
Amortização de investimento editorial	(17.372)	-	-	(17.372)
Serviços de terceiros	(1.915)	(8.301)	(13.949)	(24.165)
Fretes	(4.292)	(305)	(40)	(4.637)
Manutenção e reparos	(21)	(2.210)	(1.384)	(3.615)
Direitos autorais	-	(27.627)	-	(27.627)
Comissões	-	(1.988)	-	(1.988)
Mídia	-	(564)	-	(564)
Eventos e seminários	-	(942)	-	(942)
Promoções	(9)	(4.301)	(145)	(4.455)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(39)	-	(39)
Aluguel	(61)	(5.978)	(2.250)	(8.289)
Viagens e representações	(21)	(8.458)	(971)	(9.450)
Processos/contingências	(40)	(980)	(688)	(1.708)
Outras Despesas/Receitas	(260)	(1.150)	(616)	(2.026)
	(137.322)	(103.299)	(41.110)	(281.731)

				2011 (Não auditado)
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(96)	(1.535)	(2.183)	(3.814)
Despesas com pessoal	(4.202)	(34.318)	(12.889)	(51.409)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(115.009)	(632)	(9)	(115.650)
Amortização de investimento editorial	(22.349)	-	-	(22.349)
Serviços de terceiros	(2.022)	(10.826)	(11.664)	(24.512)
Fretes	(5.127)	(415)	(14)	(5.556)
Manutenção e reparos	(81)	(2.970)	(1.698)	(4.749)
Direitos autorais	-	(27.544)	-	(27.544)
Comissões	-	(892)	-	(892)
Mídia	-	(1.258)	-	(1.258)
Eventos e seminários	-	(1.388)	-	(1.388)
Promoções	(12)	(3.010)	(152)	(3.174)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(117)	-	(117)
Aluguel	(43)	(5.563)	(1.845)	(7.451)
Viagens e representações	-	(9.159)	(634)	(9.793)
Processos/contingências	-	(525)	(1.923)	(2.448)
Outras Despesas/Receitas	(369)	(4.430)	(938)	(5.737)
	(149.310)	(104.582)	(33.949)	(287.841)

O montante registrado de despesa com pessoal inclui salários e encargos previdenciários.

O montante relativo a custos dos produtos e dos serviços vendidos foram aqui apresentados nas rubricas de matéria-prima, materiais de uso e consumo, vendas diretas, serviços de terceiros, fretes e outras despesas.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor Adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, matéria-prima e materiais de uso e consumo e em outras receitas (despesas).

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
Outras receitas		
Ganho na venda de imobilizado	154	60
Alugueis	12	15
Multas fiscais e contratuais	133	-
Ressarcimento de seguros	-	1.657
Outros	33	1.260
	<u>332</u>	<u>2.992</u>
Outras despesas		
Perda líquida na venda de imobilizado	(88)	(46)
Multas fiscais e contratuais	-	(16)
Doações	(497)	(96)
Outros	(469)	-
	<u>(1.054)</u>	<u>(158)</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	<u>(722)</u>	<u>2.834</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
Receitas:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	548	1.405
Descontos obtidos	49	565
Juros ativos (i)	436	302
	<u>1.033</u>	<u>2.272</u>
Despesas:		
Empréstimos e financiamentos	(3.804)	(8.581)
Mútuos	(605)	(1.470)
Impostos	(488)	(1.171)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(330)	(411)
Descontos concedidos	(93)	(57)
Juros de outros passivos	(1.091)	(1.896)
Comissões e tarifas bancárias	(44)	(10)
Outros	-	(42)
	<u>(6.455)</u>	<u>(13.638)</u>
Variações cambiais:		
Ganhos cambiais	513	-
Perdas cambiais	(288)	(753)
	<u>225</u>	<u>(753)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.197)</u>	<u>(12.119)</u>

(i) Referem-se substancialmente a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

26. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- 26.1 Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 compõem-se de:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditad
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(25.291)	(18.074)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 18)	1.605	(470)
	<u>(23.686)</u>	<u>(18.544)</u>

- 26.2 A conciliação da (despesa)/receita de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>71.008</u>	<u>57.720</u>
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(24.143)	(19.625)
I.R./C.S. não constituídos s/prejuízos fiscais (diferido)	(191)	-
Diferenças permanentes	(435)	(626)
Benefícios fiscais	1.083	325
Juros sobre o capital próprio	-	1.388
Outros	-	(6)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(23.686)</u>	<u>(18.544)</u>

27. CAIXA GERADO PELAS (APLICAÇÕES NAS) OPERAÇÕES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
		(Não auditado)
Lucro líquido do exercício	47.322	39.176
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	4.596	3.814
Baixas líquidas de imobilizado	126	46
Provisão para contingências	2.149	2.166
Imposto de renda diferido	(1.605)	470
Ajuste de inventário	11.660	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	39	117
Juros e variação cambial, líquida	4.696	9.335
Variação no capital circulante		
Contas a receber de clientes	(17.110)	(17.951)
Estoques	7.553	(23.434)
Impostos a recuperar	15.129	345
Adiantamentos e despesas antecipadas	(2.650)	60
Depósitos judiciais	366	(545)
Fornecedores e demais contas a pagar	(6.647)	29.431
Impostos e contribuições a pagar	(841)	71
Provisão para contingências	(2.750)	(3.305)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.603)	10.308
	<u>59.430</u>	<u>50.104</u>

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

28.1 Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, estão sumariados a seguir:

Partes relacionadas					2012
	Contas a receber	Contas a pagar	Circulante Dividendos a pagar	Vendas (gastos), líquidos	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Abril Comunicação S.A. (i)	182	11.409	-	(15.757)	-
Abril Educação S.A.	-	-	11.239	-	(605)
Dinap S.A - Distribuidora					
Nacional de Publicações	2	-	-	(50)	-
Editora Caras S.A.	-	-	-	(3)	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	10	-	-	11	-
Fundação Victor Civita	-	7	-	(164)	-
Iba Comercial e Distribuição S.A.	-	-	-	2	-
Sistema de Ensino Abril Educação S.A.	193	-	-	72	-
SGE Comércio de Material Didático S.A.	5.167	-	-	6.452	-
Treelog S.A. - Logística e Distribuição	3	25	-	(404)	-
	5.557	11.441	11.239	(9.841)	(605)

(i) Anteriormente denominada Editora Abril S.A

	2011 (Não auditado)						
				Circulante		Não circulante	Receitas
	Contas a	Contas a	Dividendos a	Juros s/	e outros	Vendas	(despesas)
	receber	pagar	pagar	capital	créditos	(gastos),	financeiras,
Partes relacionadas			próprio	obtidos	líquidos	líquidas	
Abril Educação S.A.	-	-	8.284	3.470	36.159	-	(1.470)
Derivo consultoria e serv de comunicação S.A.	-	7	-	-	-	-	-
Dinap S/A - Distribuidora Nacional de Publicações	-	-	-	-	-	54	-
Editora Abril S.A.	131	2.349	-	-	-	1	-
Editora Scipione S.A.	-	-	-	-	-	(24)	-
Fundação Victor Civita	-	7	-	-	-	-	-
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	45	-	-	-	-	(117)	-
Treeleg S.A. - Logística e Distribuição	-	19	-	-	-	-	-
Sistema PH de Ensino Ltda.	-	290	-	-	-	3	-
	176	2.672	8.284	3.470	36.159	(83)	(1.470)

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

28.2 Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal chave da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e encargos	1.542	643
Participação nos lucros	594	265
	<u>2.136</u>	<u>908</u>

29. SEGUROS

A política da controladora indireta Abrilpar Participações S.A., da qual a Companhia é parte integrante, é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.

30. PLANO DE SAÚDE ABRIL

A Companhia participa do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas Abril. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 2.161 (R\$1.943 em 2011).

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

31.1 Emissão de Debêntures

Em 30 de setembro de 2013, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Editora Ática S.A., em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 140.000 (cento e quarenta milhões) e 140 quantidades, com o valor unitário de R\$ 1.000 (um milhão), com liquidação financeira em 01 de outubro de 2013. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados à gestão ordinária de suas atividades operacionais, e também para o financiamento de aquisições de sua controladora Abril Educação S.A.. As debêntures têm prazo de vigência de 5 anos e vencerão em 30 de setembro 2018. A amortização do principal será realizada em 3 parcelas anuais a partir de 30 de outubro de 2016, com remuneração de CDI + 1,50% ao ano, pagos semestralmente a partir de 30 de março de 2014.

31.2 Pagamento de dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos mencionado na nota 21.2 – Reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 10.239, foram liquidados em 01 de outubro de 2013.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros:

**GIANCARLOS FRANCESCO CIVITA
DOUGLAS DURAN
ROBERTO CIVITA
MANOEL LUIZ FERRÃO DE AMORIM**

DIRETORIA

Diretores:

**MARCELLO DA SILVA TAFNER
VERA LÚCIA BALHESTERO
ANA TERESA RALSTON FERRAZ DO AMARAL
CARLOS ROBERTO TOLEDO**

ÉRICO DE MELLO PRADO

Contador CRC – 1SP 256.729/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Editora Ática S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Ática S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Ática S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de dezembro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Ricardo de Quadros Cioffi
ContadorCRC1SP213113/O-0